

## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE VIOLENCIA CONTRA AS MULHERES: UMA REVISÃO INTEGRATIVA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

**LETÍCIA SILVA DA SILVA<sup>1</sup>; DESIRÉE DE OLIVEIRA PIRES<sup>2</sup>;  
ALINE ACCORSSI<sup>3</sup>**

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – leticia.silva.04@outlook.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – desireeopires@gmail.com*

<sup>3</sup>*Universidade Federal de Pelotas – alineaccorssi@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um fenômeno profundamente enraizado na sociedade, legitimado historicamente por fatores culturais e sociais. De acordo com o Atlas da Violência de 2024, entre 2012 e 2022, mais de 48 mil mulheres foram assassinadas no Brasil. Estima-se que 72% dos feminicídios registrados foram perpetrados por companheiros ou ex-companheiros, conforme pesquisa do Instituto Patrícia Galvão. Esses dados evidenciam estatisticamente a presença da violência patriarcal na sociedade brasileira.

As ciências humanas, sociais e da educação têm se dedicado a analisar esses dados, fomentando pesquisas que denunciam a problemática e sugerem a criação de políticas públicas para enfrentá-la. Assim, este trabalho visa refletir sobre as produções em periódicos brasileiros, em formato de artigos, sobre a violência contra a mulher, à luz da Teoria das Representações Sociais (TRS). Ademais, este resumo é um desdobramento de um artigo de revisão integrativa sobre o mesmo tema, inserido no projeto do CNPq intitulado “Violências contra as mulheres latino-americanas: um estudo transcultural à luz dos estudos de gênero e da teoria das representações sociais”.

A priori, entende-se por Representação Social uma forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado que tem objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social (JODELET, 2001). Essa definição é uma das inúmeras possibilidades propostas para caracterizar uma representação social, e está compreendida no grande domínio de estudo da Teoria das Representações Sociais (TRS), proposto por MOSCOVICI (1961;2012), a partir do estudo em campo das sociedades de comunicação em massa, no fim da década de 1950. Portanto, conforme CAMPOS (2021), a TRS se propõe a ser uma teoria que “explica” a relação entre a ação e o pensamento desses grupos, e a relação entre práticas grupais a respeito de um dado objeto social e as representações elaboradas acerca desse contexto simbólico.

Assim, este escopo de pesquisa beneficia-se da TRS na medida em que a questão da violência contra a mulher produz representações sociais (RS) diferentes em cada contexto, as quais podem ser pertinentes para identificar de que forma essa violência está naturalizada em uma sociedade patriarcal e quais lacunas científicas existem sobre esse campo na Educação.

### 2. METODOLOGIA

Para a realização da presente pesquisa foi utilizada a metodologia de revisão integrativa, na medida em que essa proporciona um conhecimento atual sobre a temática e permite identificar, analisar e sintetizar os resultados dos

estudos selecionados com objetivo de dar um retorno mais prático (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010). Nessa ótica, BOTELHO, CUNHA e MACEDO (2011), afirmam que a primeira etapa que orienta o caminho a ser percorrido na revisão integrativa é a de identificação do tema e seleção de um problema de pesquisa. Para tanto, a pergunta que direcionou este trabalho é a seguinte: *O que tem sido produzido no Brasil no formato de artigo na área da educação a partir das representações sociais sobre a violência contra as mulheres?*

Após a definição da pergunta de pesquisa, foi escolhida a plataforma Scielo para a busca digital dos artigos, por sua ampla aceitação no meio acadêmico, e os descritores que filtrariam as buscas. Não foram estabelecidos critérios de temporalidade, visando ampliar as possibilidades de busca. Os descritores iniciais utilizados foram “educação AND violência contra a mulher AND representações sociais”, resultando em apenas três artigos, todos da área de enfermagem, que abordavam a educação como um fator crucial para a redução da violência contra a mulher, considerando essa questão como um problema de saúde pública.

Diante da escassez de artigos encontrados, optou-se por utilizar os descritores “educação AND violência contra a mulher”, o que gerou sessenta e oito resultados. Para aproximar os artigos à área da educação, preferiu-se utilizar apenas aqueles das ciências humanas, além de realizar a exclusão de artigos repetidos ou irrelevantes, resultando em trinta e seis artigos, compreendidos no período de 2007 a 2023. Entretanto, após realizar uma leitura atenta dos trabalhos, decidiu-se analisar mais precisamente os três trabalhos iniciais, a fim de alinhar a análise de dados ao problema de pesquisa proposto, e efetivamente observar essas produções à luz da Teoria das Representações Sociais.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Frente aos dados coletados a partir dos descritores e do afunilamento das áreas supracitadas, foi possível identificar que a educação aparece como tema nas pesquisas, mas não pertence necessariamente ao campo da Educação. Dessa forma, para a condução da análise de dados foi realizado um panorama geral acerca dos conceitos e problemáticas levantadas nos artigos, especificamente sobre a área da Educação, a principal motivação de análise deste trabalho.

Os artigos localizados focam na área da saúde e buscam entender como profissionais, como médicos(as), enfermeiros(as) e psicólogos(as), realizam o primeiro atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica. Outro tema abordado é a violência enfrentada por mulheres que atuam como profissionais de saúde, incluindo farmacêuticas, enfermeiras e médicas. Os estudos, predominantemente quantitativos, utilizam entrevistas semiestruturadas com um número de participantes variando de quinze a cem, e a análise de conteúdo como principal metodologia. Apesar dos artigos serem objetivos e descriptivos acerca dos resultados das pesquisas, este estudo se propõe a investigar como os conceitos de violência contra as mulheres, representações sociais e educação são abordados. Embora o termo “educação” tenha sido utilizado como descritor na plataforma Scielo, o filtro não encontrou artigos da área da Educação, mas sim aqueles que enfatizavam a necessidade de formação educativa para profissionais de saúde que atendem mulheres vítimas de violência.

A maioria dos artigos analisados considera a violência contra a mulher um problema de saúde pública, frequentemente associada apenas à violência física. Contudo, SILVA, COELHO e CAPONI (2007) ampliam essa definição, com base

na Declaração da ONU de 1993, que abrange qualquer ato de violência de gênero que resulte em coerção ou privação de liberdade, tanto na esfera pública quanto privada (OMS, 1998, p.7 apud SILVA, COELHO e CAPONI, 2007, p. 5). Além disso, os artigos discutem que a violência contra a mulher permeia o cotidiano dos profissionais de saúde. Assim, LEAL, LOPES e GASPAR (2011) relatam um estudo com enfermeiras em um hospital de São Paulo, onde a violência por parceiro íntimo foi a mais comum, mas muitas não buscaram ajuda e mais de 30% não reconheceram suas experiências como violentas. Essa banalização pode levar à revitimização das mulheres que buscam atendimento, invalidando seu sofrimento e desencorajando a procura por ajuda.

Nesse sentido, os estudos de RODRIGUES et al. (2016) e LEAL, LOPES e GASPAR (2011) revelam a dificuldade de aproximação com as vítimas de violência, devido à falta de ações educativas que preparem profissionais para acolhê-las. Enquanto RODRIGUES et al. focam nas representações sociais das famílias das vítimas, LEAL, LOPES e GASPAR enfatizam o papel das enfermeiras que atendem essas mulheres. Em consenso, ambos os artigos concordam que a violência contra a mulher persiste, em parte, porque a população em geral comumente a representa como pertencente à esfera privada, ignorando seu caráter institucional. Desse modo, em suas conclusões finais, LEAL, LOPES e GASPAR (2011) demonstram que a violência contra a mulher foi representada pelas enfermeiras da pesquisa como uma pauta relacionada à responsabilidade da educação (entre outros atores sociais).

#### 4. CONCLUSÕES

Os três artigos analisados de forma mais contundente durante este texto relacionam-se diretamente às representações sociais à temática da violência contra a mulher, onde também é apontada essa necessidade de formações voltadas aos profissionais da saúde. No entanto, há uma proposição em relação a compreensão cultural sobre o problema, assim como a proposição de práticas de enfrentamento. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de estudos que discutam a violência contra a mulher na área da Educação. Há uma lacuna tanto no universo reificado, caracterizada pela falta de estudos do tema no campo acadêmico da educação, quanto em atividades práticas (do universo consensual) para a Educação Permanente (ESPERANDIO, MOURA e FAVORETO, 2020) de profissionais de diferentes áreas.

Também pôde-se concluir que, uma vez que a educação não está presente apenas em espaços institucionalizados de ensino, como escolas e universidades, esta também acontece no cotidiano das pessoas (BRANDÃO, 1994), de modo que instituições que prestam atendimento a mulheres vítimas de violência podem se tornar centros de acolhimento e de educação tanto para as vítimas e suas famílias, como para os profissionais que prestam esse primeiro atendimento. Saber identificar, acolher e encaminhar as orientações necessárias pode ser transformador na vida dessas mulheres.

Por fim, conclui-se a necessidade de pesquisas que realizem essa intersecção entre representações sociais e violência contra as mulheres, sobretudo na área da Educação, haja vista a identificação da lacuna nessa área em relação a esse tema de pesquisa. É imprescindível, não apenas identificar o problema da violência contra a mulher, mas também entender como as estruturas sociais, históricas e culturais moldam as representações sociais sobre essa questão. Isso abrange não apenas os profissionais que atendem mulheres em

situação de violência, mas também educadores(as), familiares, amigos(as) e todo o círculo social ao qual essas mulheres pertencem.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, L; CUNHA, C. MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte: volume 5, número 11, p. 121-136. maio/agosto 2011

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** 29ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAMPOS, P. H. F. As práticas sociais e seu “contexto”. In: ROSO, A. (Ed. Coord.); Guareschi, P. A.; HERNANDEZ, A. R. C.; NOVAES, A.; ACCORSSI, A.; GONÇALVES, C. dos S. (orgs.). **Mundos sem fronteiras: representações sociais e práticas psicosociais**. Florianópolis: ABRAPSO, 2021. p. 122-156.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em 25 de abril de 2025.

ESPERANDIO E. G; MOURA A. T. M. S; FAVORETO C. A. O. Violência íntima: experiências de mulheres na Atenção Primária à Saúde no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Interface (Botucatu)**. 2020; 24.

JODELET, D. As representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. P.17-44

LEAL, S. M. C.; LOPES, M. J. M.; GASPAR, M. F. M. Social representations of violence against women in the nursing perspective. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, v. 15, n. 37, p. 409-424, abr./jun. 2011

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Tradução de Sonia Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

RAMOS, Silvia [et al.]. Elas vivem: liberdade de ser e de viver. 4ª edição. Rio de Janeiro: CESeC, 2024. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/elas-vivem-liberdade-de-ser-e-viver-4a-edicao-rede-de-observatorios-de-seguranca-2024/> Acesso em 25 de agosto de 2025.

RODRIGUES, V. P.; RODRIGUES, A. D.; LIRA, M. O. S. C.; COUTO, T. M.; DINIZ, N. M. F. Relações familiares no contexto da violência de gênero. **Contexto Enfermagem**, v. 25, n. 3, e2530015, 2016.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, v. 11, n. 21, abr. 2007.

SOUZA, M; SILVA, M; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein**. 2010; 8(1 Pt 1):102-6.